

A tragédia da gestão e do desenvolvimento

Por Marcelo Firpo Porto¹ e Bruno Milanez²

Acidentes, como a história, se repetem primeiro como tragédias e depois como farsas.

Assim como quase acidentes anunciam a gravidade do porvir, desastres repetidos, como as barragens em MG, revelam como os riscos são “gerenciados”. Nossa experiência interdisciplinar sobre o tema tem revelado características marcantes de um padrão que liga os desastres, práticas de gestão ambiental e o modelo de desenvolvimento socioeconômico. A megamineração faz parte deste modelo.

Eis algumas das tragédias mais conhecidas. Em 1986, houve o rompimento de uma barragem do grupo Itaminas, em Itabirito, matando sete pessoas. Em 2001 a barragem da Mineração Rio Verde se rompeu em Macacos, distrito de Nova Lima, com a morte de cinco operários. Em 2003 foi a vez da barragem da Indústria Cataguases de Papel, afetando o Rio Pomba e depois o Paraíba do Sul, deixando 600 mil pessoas sem água. Em 2007 uma barragem de rejeitos de bauxita da mineradora Rio Pomba Cataguases se rompeu em Miraí, na Zona da Mata, desalojando mais de 4.000 moradores. Em 2008, uma falha no vertedouro de uma barragem da Companhia Siderúrgica Nacional, inundou de lama parte da cidade de Congonhas, desalojando 40 famílias. Em 2014 três trabalhadores da Herculano Mineração morreram em Itabirito, e os rejeitos da mineração de ferro da barragem rompida atingiram vários cursos d'água da região.

Finalmente agora uma das maiores tragédias socioambientais do mundo envolvendo mineração ocorre em Mariana, MG, com o rompimento da barragem da mineradora Samarco, cujos sócios principais são a brasileira Vale e a australiana BHP, duas das maiores mineradoras do mundo. Uma tragédia socioambiental gigantesca que matou mais de vinte pessoas entre trabalhadores e populações atingidas pela lama, com impactos incomensuráveis para populações, ecossistemas e o Rio Doce que se alastrarão pelas próximas décadas.

Transformamo-nos em campeões mundiais de tragédias com barragens da mineração. Mas como essa olimpíada do terror foi sendo construída na nossa frente? E logo em Minas Gerais, palco de tanta história, riqueza e simpatia de seu povo? E logo no sudeste, região mais desenvolvida do país, com histórico de governos do PMDB, PSDB e do PT nos últimos 30 anos?

Trata-se de um assunto complexo, mas vamos dar algumas pistas.

O Brasil extrai muito minério de ferro da terra, mais de 500 milhões de toneladas/ano, principalmente em Minas Gerais, estado com a maior reserva e produção do país, seguido do Pará com o projeto Carajás. Há investimentos importantes na Bahia, no Mato Grosso do Sul e perspectivas futuras de exploração na Amazônia. A maioria do minério é exportada (cerca de 80%), e boa parte que fica no mercado interno é para produzir aço bruto para exportação.

¹Marcelo Firpo Porto é engenheiro de produção, pesquisador da Fiocruz e coordenador do GT de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

²Bruno Milanez é engenheiro de produção, professor da UFJF e pesquisador do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS).

A Vale é a maior produtora mundial de minério de ferro, com mais de 300 milhões de toneladas no Brasil. A China é o maior comprador mundial, seguido da Europa, Japão e países emergentes em crescimento. O mundo continua a consumir muito ferro e aço para construir casas, carros, aviões, máquinas, eletrodomésticos, também armamentos. Dependendo da fonte o Brasil possui a segunda ou terceira maior reserva mundial de minério de ferro, com mais de 20 bilhões de toneladas, atrás apenas da Austrália e próximo da Rússia e da China.

O modelo brasileiro é o da megamineração: enormes jazidas como o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais e Grande Carajás no Pará são exploradas por minas controladas por grandes corporações, como a Vale e a BHP. As minas envolvem uma enorme extensão de terras, impactando vastos territórios, ecossistemas e populações, inclusive agricultores, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Mas não são só as minas e usinas de beneficiamento que geram impactos, diversas infraestruturas que viabilizam o transporte desse comércio também: circulação de caminhões, rodovias e ferrovias que cruzam territórios e podem atropelar animais e seres humanos, além de minerodutos que gastam quantidades enormes de água em tempos de crise hídrica para levar o minério aos portos de exportação, como o Porto de Açu, no norte do RJ.

Portanto a mineração não produz só bilhões de dólares e “progresso”: ela está repleta de perigos, mortes e destruição socioambiental. O sistema de lavra a céu aberto que predomina no Brasil não tem os acidentes em minas subterrâneas que já mataram tantos trabalhadores pelo mundo. Mesmo assim trabalhadores morrem num dos setores de maior letalidade; grandes áreas são desmatadas para serem exploradas; caminhões e trens enormes circulam de um lado para outro; as usinas de beneficiamento (como a produção de pelotas de ferro para a fabricação de aço) geram poluição atmosférica; aquíferos formados em regiões ferríferas são destruídos; a quantidade de rejeitos é gigantesca, e seu destino principal é a acumulação em grandes barragens; e o rompimento de barragens que acumulam lamas com diferentes graus de toxicidade podem se transformar em grandes tragédias.

Um dia nosso minério vai acabar, o horizonte esperado de exaustão em MG é de cerca de três décadas, e no Pará o Projeto Ferro Carajás S11D prevê 90 milhões de toneladas anuais por mais 30 anos a partir de 2016. Até lá o “mercado” e seus “global players” buscam ditar as regras de investimento em vários países, inclusive no Brasil. O que teremos ao longo desse percurso e qual herança aguarda o futuro?

Para responder isso, outra pergunta é muito importante: como a gestão ambiental numa sociedade lida com tantos riscos produzidos pela megamineração, incluindo o licenciamento, as tecnologias e práticas das empresas?

Teoricamente existem dois extremos possíveis de gestão ambiental dentro das regras atuais nas sociedades de mercado. A primeira: riscos são internalizados por meio de gestão e tecnologias mais seguras e menos poluidoras. Os procedimentos de licenciamento são abertos, democráticos, os vários atores participam, trabalhadores, populações atingidas e ambientalistas têm vozes. O Estado, amparado por legislação robusta, assume com competência técnica a primazia da defesa constitucional do direito à vida, à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Empresas internalizam as melhores práticas e tecnologias em todas as fases da produção, inclusive na redução dos rejeitos e sua reciclabilidade. O princípio da

precaução é aplicado, ou seja, tecnologias consideradas não seguras são abandonadas, e permanecem aquelas cujo patamar de prevenção é elevado. Quando as empresas não cumprem a legislação e os compromissos do licenciamento elas são fortemente penalizadas, financeira, civil e criminalmente.

No outro extremo temos o cenário do faroeste e da barbárie: riscos viram externalidades, ou seja, baixos níveis de gestão gerando degradação ambiental e mortes. O licenciamento é feito de forma acelerada com grande fragilidade técnica e política dos órgãos públicos, e as vozes de populações atingidas e ambientalistas inexistem ou é silenciada. Modos de gestão e tecnologias visam aumentar a produção e obter os maiores lucros no curto prazo enquanto for viável a exploração. Os custos das externalidades negativas— poluição, mortes e degradação ambiental —são elevados, porém socializados e invisibilizados na máquina da previdência social, nos sistemas públicos de saúde e meio ambiente, além do sofrimento dos atingidos e da herança da terra arrasada para as futuras gerações.

Dentro do capitalismo globalizado, a primeira solução tende a predominar nos países mais ricos, como a Europa Ocidental. Mas neles não existem tantas atividades de megamineração que impactam tantos territórios, populações e o meio ambiente, ou então estão a fechar devido aos protestos e aos altos custos envolvidos nos elevados padrões de segurança e proteção ambiental. As grandes minas de ferro estão concentradas principalmente na periferia do capitalismo nos países ditos em desenvolvimento ou emergentes que apresentam as maiores “janelas de oportunidade”.

Segundo o site www.mining-technology.com, o Brasil possui cinco das dez maiores minas de minério de ferro do mundo em termos de reservas, incluindo aquelas ainda em construção. As quatro maiores do mundo são brasileiras: a primeira é Carajás no Pará, as outras estão em Minas Gerais: Samarco em Mariana, Itabirito, Vargem Grande em Nova Lima. Por fim na posição número nove está a Minas-Rio em Conceição do Mato Dentro, também MG. Para completar a lista temos três minas na Austrália e duas na África.

Baixos padrões de segurança e elevada destruição ambiental, ao virarem externalidades num mundo dominado pelo dinheiro das grandes corporações, representam o triste preço da vida no comércio internacional injusto. Esse preço é tão mais baixo quanto maior as desigualdades socioambientais e menor a democracia, ou seja, o valor da vida e da natureza. As lógicas de mercado que definem o preço da tonelada de minério não revelam as mortes e destruição ambiental por detrás da megamineração. Elas ficam escondidas, invisibilizadas, soterradas. Viram farsa na história das tragédias.

No Brasil certamente ocorreram avanços importantes na legislação e práticas institucionais de diversos setores, como a saúde e o meio ambiente. Mas continuamos a crescer e viabilizar projetos de megamineração nascidos no governo militar.

Viramos o terceiro maior produtor mineral e o segundo maior exportador do mundo. Isso ocorre, em nossa avaliação, não apenas porque possuímos grandes jazidas. Acima de tudo porque a vida e o meio ambiente valem muito pouco para as empresas e parte da sociedade, seja a que se beneficia diretamente da mineração, ou a que permanece alienada dos seus impactos sobre a vida e o meio ambiente. Os custos da destruição são silenciosa e

violentamente externalizados. Cenários de barbárie escondidos desvelam-se abruptamente pelas tragédias.

Como se estabelece esse macabro e pouco discutido ritual da externalização?

Primeiro, a legislação, quando existente, não é cumprida, é flexibilizada, e quanto mais protetora da vida e do meio ambiente, portanto “avessa” a um clima propício de investimentos e “progresso”, mais se torna necessário mudá-la. O ritual de licenciamento é cumprido por meio de audiências públicas pouco democráticas, sem que órgãos ambientais tenham condições financeiras e técnicas de analisar riscos, questionar os relatórios produzidos pelas empresas e exigir as melhores soluções para a proteção ambiental, da saúde dos trabalhadores e das populações. Ainda que tenham, são pressionados por políticos e gestores que, em nome do crescimento econômico, defendem a importância do empreendimento e a rapidez do licenciamento, preocupados com os benefícios econômicos e políticos decorrentes do aumento do PIB e dos royalties.

A licença ambiental é concedida com uma grande lista de condicionantes, uma espécie de “confiança” dos órgãos ambientais nos “empreendedores” que medidas não consideradas nos estudos de impacto ambiental serão futuramente implementadas. Enquanto isso, empresas da mineração (ou outros setores...) “investem” em campanhas eleitorais e formam as bancadas políticas que atuam no executivo, Congresso Nacional, assembleias estaduais e câmaras de vereadores. Defendem quais interesses?

Segundo, vencido o ritual do licenciamento empresas autorizadas maximizam lucros operando “dentro da lei”: exigências de segurança são supostamente cumpridas, em boa parte autorreguladas e sem fiscalização adequada pelas instituições públicas responsáveis (ambientais, do trabalho e da saúde), sem recursos humanos, técnicos e financeiros. Parte da grande lista de condicionantes não é monitorada, a poluição “crônica” e os “pequenos” acidentes se iniciam sem avaliação. Planos de emergência para eventuais desastres inexistem, ou mesmo quando previstos, não são implementados ou cobrados. A tragédia dos territórios e populações atingidas começa com as obras e continua com a operação da mina, mas é invisibilizada nas mídias e fóruns de discussão em nome das boas notícias do progresso que está chegando. Afinal o PIB aumenta, embora seja distribuído de forma desigual e com inúmeros problemas socioambientais e de crescimento urbano que vão se avolumando.

Surge então a tragédia: mortes e destruição ambiental se espalham no jogo de cena midiático. Versões da empresa minimizam impactos (“lama atóxica”), naturalizam as causas do acidente (“abalo sísmico”), referendadas por diversos políticos e instituições que apoiaram o empreendimento e o licenciaram. Notícias espetacularizam dramas, heróis isolados e campanhas de doação são mostrados como atos humanitários.

Porém, quando mortes, destruição ambiental, desinformações, incertezas e avaliações de cenários futuros graves tornam-se mais e mais escancaradas, surgem muitas aparentemente elevadas e declarações públicas de que é preciso “rever procedimentos e tecnologias”. Até mesmo que os planos de mitigação e recuperação a serem implementados farão que o futuro seja melhor que antes da tragédia.

Por fim um aspecto central para futuras repetições: com o tempo a tragédia silencia-se, confinada nos bastidores jurídicos e institucionais. Poucos sabem ou acompanham a evolução das multas e promessas de mudanças, que submergem em complicados processos jurídicos nas quais empresas, contratando escritórios de advocacia bem pagos e outras estratégias, lutam para reduzir ou não pagar as multas e reativar o ritmo de exploração e expansão das minas. Promessas de mudanças no marco legal e de maiores investimentos nas instituições reguladoras e fiscalizadoras acabam não se cumprindo ou são esquecidas. Por exemplo, o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2) foi criado após a tragédia do rompimento da barragem em Cataguazes de 2003, mas alguém se lembra ou o menciona neste momento? Esses são elementos importantes da invisibilização que reproduz o padrão de gestão ambiental, a geração de externalidades e a repetição da tragédia como farsa.

O caso do desastre de Mariana em Minas Gerais é exemplar para compreender esse padrão de gestão. São inúmeros os detalhes na legislação, na atuação de instituições reguladoras e fiscalizadoras, nos rituais de licenciamento, nas reações públicas e midiáticas no pós-desastre. Basta ler algumas das reportagens mais detalhadas, blogs da internet e notas de diversos movimentos sociais, ambientalistas e associações acadêmicas (como a da ABA- Associação Brasileira de Antropologia) para compreendermos como a tragédia foi sendo construída faz tempo.

Listar os detalhes aqui prolongaria muito nosso artigo, deixamos ao leitor que faça uma síntese das notícias divulgadas e componha o padrão da gestão ambiental que se encontra por detrás do rompimento da barragem em Mariana. O quebra-cabeça vai sendo montado sem muita dificuldade, e o que parecia invisível, os cenários ocultos da farsa, assumem forma.

Fica então mais fácil compreender o outro lado do crescimento econômico, dos subsídios e facilidades para os grandes empreendimentos. Sem o paralelo esforço de fortalecer princípios, regras e práticas sociais e institucionais de proteção e prevenção mais participativos e solidários, a trilha do progresso pode se transformar rapidamente em cenário de riscos, destruição e barbárie.

O que está em jogo na tragédia de MG é um padrão perigoso, injusto e não democrático de gestão ambiental que sustenta a inserção do país no mercado mundial da grande mineração. Não apenas: agronegócio, grandes empreendimentos e inúmeras infraestruturas encontram-se por detrás de inúmeros conflitos ambientais no Brasil. Não é por acaso que a organização Global Witness levantou pelo menos 448 casos de assassinato de lideranças comunitárias, indígenas, quilombolas, camponesas e ambientalistas entre 2002 e 2013 na defesa de seus territórios e do meio ambiente. Segundo esse relatório, somos o país que mais mata ambientalistas populares no mundo!

A saída passa, necessariamente, por valorizar a vida e a natureza com mais democracia e justiça ambiental. A economia ecológica diria: reduzir o metabolismo social da enorme extração de matérias primas e produção rejeitos do produtivismo e consumismo de nossa civilização através de outras economias mais solidárias, justas e sustentáveis. A ecologia política diria: enfrentando os inúmeros conflitos ambientais e a enorme assimetria de poder

entre setores, corporações, instituições e países que mais lucram com esse comércio injusto, e as populações que mais sofrem ou sofrerão com a destruição da vida e do meio ambiente.

Para reverter o atual padrão temos que enfrentar o lamaçal que vulnerabiliza as instituições que regulam, fiscalizam e deixam de impor mais precaução e prevenção aos empreendimentos. Enfrentar a enorme desigualdade socioespacial, a discriminação e o racismo ambiental que assolam os territórios dos grandes empreendimentos. Na região de Mariana mais impactada começam a aparecer os números de negros e pardos como a expressiva maioria dos mais atingidos.

Por fim, precisamos construir um modelo de desenvolvimento e de sociedade que se coloque como alternativa à megamineração que assola estados como Minas Gerais e Pará, e que pretende se expandir para a Bahia, Mato grosso do Sul e, pasmem, a Amazônia.

O futuro está sendo construído, e dependerá, em grande parte, como a vida e a natureza serão mais valorizadas, não apenas economicamente, mas e acima de tudo ética, social e politicamente na transição para outros modelos de sociedade e desenvolvimento. É um desafio civilizatório mais amplo, mas que está e pode ser trilhado no curto prazo de várias maneiras.

São pelo menos três as tarefas importantes que temos para transformar o padrão de gestão ambiental e produzir melhores cenários a partir da tragédia de MG.

Primeiro, é preciso aprofundar o diagnóstico independente sobre os impactos da tragédia através de amplos esforços e mobilizações de vários setores institucionais, acadêmicos e sociais. Quais territórios e populações foram atingidos? Quais os níveis de contaminação e os efeitos à saúde presentes e esperados na população exposta? Como os recursos hídricos, córregos e o Rio Doce foram afetados? Como os ecossistemas como um todo e a biodiversidade foram afetados? Como as atividades econômicas, sociais e culturais foram e serão prejudicadas? Comunidades indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, de agricultores familiares e camponeses, inclusive os envolvidos em produções agroecológicas, além do turismo ecológico e histórico-cultural na região foram extremamente prejudicados.

Nesse momento inúmeras iniciativas estão sendo construídas por diversas entidades, instituições, grupos acadêmicos, movimentos sociais e comunidades atingidas. Precisamos aumentar a sinergia entre elas e evitar que certas práticas institucionais e políticas bloqueiem seu potencial transformador.

Segundo, tais esforços precisam gerar medidas exemplares de mudança nas políticas públicas e padrões de gestão. Isso inclui o valor das multas, a responsabilização criminal de empresas e gestores, o resgate da dignidade das populações atingidas e violentadas em seus direitos fundamentais. E que essas multas e novas fontes de financiamento gerem um plano amplo, efetivo e democrático de reparação e recuperação de toda a região. É fundamental a participação ativa dos Ministérios Públicos, da Defensoria Pública, de movimentos sociais e de representantes das populações atingidas.

Terceiro, gestão, respeito à vida, dignidade e democracia são inseparáveis. É preciso dar dignidade às mortes e tragédias por meio da memória coletiva dos que lutam por justiça,

seus familiares, comunidades, movimentos e entidades parceiras e solidárias. Precisamos fortalecer as alianças, diálogos e convergências que valorizam as vozes do território, das populações atingidas, dos movimentos sociais e por justiça ambiental. Juntar as denúncias aos anúncios de que outros futuros são possíveis e estão em construção através de lutas e experiências do presente que revelam as sementes de novas economias mais sustentáveis, solidárias, compartilhadas. Fazem parte dela os projetos agroecológicos, de turismo ecológico e histórico de base comunitária, os projetos de preservação de mananciais e florestamento de figuras como o Sebastião Salgado, até mesmo movimentos de consumo consciente e práticas nas cidades que enfrentem o consumismo desenfreado por carros e outros produtos mínero-dependentes.

Enfim, ir ampliando as constelações de resistências, como a articulação Justiça nos Trilhos e os movimentos dos atingidos pela mineração, inclusive os atingidos pela Vale que já realizaram vários encontros internacionais. Juntos é preciso dizer não à megamineração e ir plantando as sementes de outras relações sociais, econômicas e culturais mais sustentáveis, justas e democráticas.

Técnica, ética, direito e política se fundem nessas três tarefas, pois investir em novos marcos legislativos, instituições menos vulneráveis e mais independentes na defesa da vida, da saúde e do meio ambiente depende de novos consensos, uma nova correlação de forças que assuma a necessidade de mudanças em prol da vida, da sustentabilidade e da democracia. Tudo isso é fundamental para transformar as bases ético-políticas que sustentam o modelo vigente de gestão, que é também a do modelo hegemônico de desenvolvimento, armadilha que quase todos os partidos, grupos políticos e inúmeros cidadãos principalmente nas cidades encontram-se aprisionados.

Trata-se de uma questão local-global que precisa se alastrar por meio de movimentos globais. Precisamos desconfiar das chantagens sedutoras do progresso fácil vendido por grandes corporações, certos organismos internacionais e países que controlam o grande mercado global da mineração. E precisamos aprender mais com as experiências de países que, soberanamente, decidiram abrir mão da grande mineração, como a Costa Rica. O PIB pode não subir tão depressa, mas outras riquezas e valores são preservados e transformados em prol das pessoas, comunidades e da humanidade como um todo.

Afinal, desenvolvimento para que, para quem e de que forma? Se for farsa, vira tragédia. No passado, no presente ou no futuro.